

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SEIS.**-----

-----  
--- Aos vinte e sete dias mês de Abril do ano de dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO, POR MAIS DOZE MESES, DO EMPRÉSTIMO NÚMERO 0726/000028/987/0019 ATÉ AO MONTANTE DE QUATRO MILHÕES NOVECENTOS E OITENTA E SETE MIL NOVECENTOS E SETENTA E OITO EUROS E NOVENTA E SETE CÊNTIMOS. -----

--- **Três**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E SEIS. -----

--- **Quatro**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E SEIS. -----

--- **Cinco**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DE DOIS MIL E CINCO. -----

--- **Seis**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM DE DOIS MIL E CINCO. -----

--- **Sete**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

ENTRE TNC PROPERTY PROJECTS PORTUGAL, SA E OS MUNICÍPIOS DE SANTARÉM, CARTAXO E RIO MAIOR PARA CRIAÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL.-----

--- **Oito**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Nove**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE SANTARÉM.-----

--- **Dez**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS RELATÓRIOS RESPEITANTES À PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO.-----

--- **Onze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA AVENIDA BERNARDO SANTARENO, NA FREGUESIA DE S. NICOLAU, NESTA CIDADE.-----

--- **Doze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE GEMINAÇÃO A CELEBRAR ENTRE AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE SANTARÉM E DE GRÂNDOLA.-----

--- **Treze**—APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

---O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Ana Raquel da Costa Mateiro, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, Carla Patrícia Lopes Neto, Carlos Manuel Luís Catalão, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Luís Madeira

Lopes, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Filipe Piedade Valente, Luís Miguel da Conceição Piedade, Maria Helena Gaspar da Fonseca, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca, Pedro Nuno Pimenta Braz.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Manuel Porfírio Dantas da Silva (Marvila), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Vítor Manuel Sousa Varajão (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Henrique Manuel Cordeiro David (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), George Nuno Dias de Moura Nunes d' Almeida (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea).-----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os senhores António Miguel Moura Pires e Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha. -----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz e José Ilídio da Fonseca

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

Freire – Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras. -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Manuel António dos Santos Afonso, Mário José Rodrigues dos Santos, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Marcelino e Henriqueta da Graça Pereira Carolo.----

--- Ausências: -----

--- Lígia Corujo Reis Batalha. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que senhora Catarina Fernandes Garcia Correia, eleita pela lista do PSD, solicitou a suspensão do seu mandato por motivos de maternidade, pelo período de seis meses, sendo substituída pela senhora **Carla Patrícia Lopes Neto** que já tomou posse em anterior sessão. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** submetendo a votação e discussão as seguintes Actas: --

--- Acta número três/dois mil e cinco, **aprovada por unanimidade.** -----

--- Acta número quatro/dois mil e seis, **aprovada por unanimidade.** -----

--- Acta número cinco/dois mil e seis, **aprovada por unanimidade.** -----

--- Prosseguiu-se o Período de “Antes da Ordem do Dia” com a intervenção do senhor **Luís Almeida** que disse estar cada vez mais afastado do ponto de vista político do senhor Presidente da Câmara. -----

--- Discordou do procedimento adoptado pela Câmara relativamente ao processo de acordo geminação com o Município de Grândola, perguntando porque razão não foi contactado o líder da bancada do PS de modo a ultrapassar esta situação delicada. -----

--- Perguntou qual o destino das verbas atribuídas ao Basket de Santarém que recentemente foi extinto. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Nuno Serra** que alertou para a necessidade de

haver contenção das despesas correntes, sublinhando ser a despesa que orienta a receita no orçamento.-----

--- Considerou imperativo reduzir a despesa para que se diminua o défice real, frisando que não se pode continuar a fechar os olhos aos desperdícios e negligências, nem a pactuar com a falta de rigor e respeito pelos dinheiros públicos.-----

--- Referiu ser necessário formar as pessoas de modo a que todos compreendam a necessidade de racionalizar consumos, não desperdiçando aquilo que já é difícil obter: o dinheiro.-----

--- Disse acreditar que todos os colaboradores do município estão disponíveis para iniciar um programa de contenção de despesas, acreditando também que este executivo irá conseguir fazer um melhor controlo de gestão, baseado num controlo de custos analítico e rigoroso.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Pedro Braz** que se congratulou com os magníficos eventos organizados pelo CNEMA, nomeadamente as Feiras do Cavalo e do Touro, aproveitando para questionar como está a representatividade da Câmara Municipal de Santarém no CNEMA.-----

--- Perguntou se já foram efectuadas algumas melhoras ao Município.-----

--- Manifestou o seu desagrado pela forma como o Executivo Municipal tem lidado com o “dossier” das Águas do Ribatejo.-----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referindo ser com enorme satisfação que destaca a elevação, o civismo e a pluralidade, com que decorreram as comemorações do trigésimo segundo aniversário do Vinte Cinco de Abril.

--- Quis saber quais os últimos desenvolvimentos em relação ao Campo Emílio Infante da Câmara.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Luís Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Cima, alertando para a falta de meios para resolver os problemas de pagamento, quer dos vencimentos às auxiliares de acção educativa que prestam

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

serviço nos jardins de infância, quer dos transportes escolares. -----

--- Questionou qual o procedimento da Câmara em relação à afectação de máquinas para as freguesias.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, que solicitou esclarecimentos relativamente ao nó da auto-estrada na zona norte do concelho de Santarém.-----

--- Depois, interveio o senhor **Aires Lopes** alertando para alguns problemas de falta de segurança ocorridos na cidade e salientando a ausência de policiamento nocturno. -----

--- Chamou a atenção para algumas situações anómalas que se verificam nos parques de estacionamento.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que felicitou o Executivo Municipal pelas comemorações do Vinte Cinco de Abril levadas a cabo pela autarquia. -----

--- Foi dada, depois, a palavra à senhora **Dúnia Palma** que perguntou ao Executivo se já existem estudos conducentes à utilização das piscinas municipais por parte dos alunos dos segundos e terceiros ciclos, e porque não das restantes escolas do concelho. -----

--- Afirmou ser impensável que uma estrutura que representa indiscutivelmente uma maior valia para este concelho não seja potenciada, sobretudo na qualificação dos nossos jovens e como contributo para o seu desenvolvimento. Poderá ser referido que a suspensão dos transportes para este equipamento se deve a dificuldades financeiras, no entanto trata-se de um falso problema já que uma maior utilização das piscinas por parte dos alunos origina um aumento do número de outros utentes e consequentemente um aumento de receita.-----

--- Disse que gostaria que fosse clarificada a intenção de suspensão da Escola de Natação que dá resposta a cerca de mil e quinhentas crianças e jovens – que espera não venha a acontecer – e, em caso afirmativo, como se pensa vir a gerir as expectativas desta população que em muitos casos não tem hipóteses de pagar o acesso a este tipo de

equipamento.-----

--- Interveio, a seguir, a senhora **Marta Rodrigues** perguntando se já existe o programa de utilização do Teatro Sá da Bandeira e qual o papel que os Grupos de Teatro de Santarém irão ter nesta programação. -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Luís Piedade** que solicitou esclarecimentos em relação ao PDM. -----

--- Apelou para que não se esqueçam da freguesia de Alcanede no tocante ao nó de acesso à auto-estrada, lembrando a importância desta freguesia na economia do concelho.

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que manifestou a sua inteira concordância relativamente ao teor da carta remetida pela senhora deputada Luísa Mesquita sobre o envio das declarações de IRS via Internet, pelas Juntas de Freguesia. -----

--- Sublinhou a qualidade das Festas do Concelho, salientando que gostaria de ver uma maior participação das Juntas de Freguesia, quer nas festas da cidade, quer nas comemorações do Vinte Cinco de Abril. -----

--- Destacou a pontualidade no pagamento dos duodécimos às Juntas de Freguesia, considerando ser uma característica do actual executivo nas suas relações institucionais.

--- A seguir, usou da palavra o senhor **João Madeira Lopes** referindo a sua preocupação relativamente à situação que a Fábrica de Cerveja Cintra atravessa, salientando que esta unidade fabril tem vindo a reduzir o seu pessoal drasticamente. -----

--- Referiu que apesar da empresa não se encontrar a produzir tem pago atempadamente os salários aos seus trabalhadores, situação que, no seu entender, não vai poder prosseguir por muito mais tempo. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Carlos Catalão** querendo saber se o senhor Presidente da Câmara mantém a sua posição de não se sentar à mesa com o Administrador da CULT no âmbito do processo “Águas do Ribatejo”.-----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Pedro Malaca** que questionou sobre que

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

medidas foram tomadas de modo a reduzir o risco de incêndio nas barreiras de Santarém.

--- Manifestou a sua preocupação sobre a tomada de posição do Executivo Municipal no tocante à Empresa “Águas do Ribatejo”.-----

--- Tomou a palavra, depois, a senhora **Lúcia Mata** que saudou o Executivo e todos aqueles que, de uma forma muito especial, contribuíram para as excelentes comemorações de mais um aniversário do Vinte Cinco de Abril, -----

--- Sublinhou a importância de se manter esta data como um marco histórico, assim como a necessidade conservar os valores da liberdade, da democracia e da solidariedade. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Presidente da Câmara** que manifestou o seu pesar pelo falecimento, quer da Dr.ª Eulália Marques, quer do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Pena, barbaramente assassinado no desempenho das suas funções.-----

--- Lamentou que o PS confunda questões políticas com aspectos pessoais, sublinhando que nunca houve a tentativa de ofender quem quer que fosse em termos pessoais.-----

--- Referiu que não iria prestar qualquer esclarecimento em relação às “Águas do Ribatejo” dado ser sua intenção remeter a todos os membros da Assembleia um ofício sobre o assunto.-----

--- Em relação às penhoras referiu que as mesmas não foram concretizadas porque a Câmara efectuou dois pagamentos atempadamente de modo a evitar essa situação. -----

--- Quanto ao CNEMA afirmou ser má tradição e mau do ponto de vista pedagógico e político o Presidente da Câmara integrar Conselhos de Administração, por muito generosos que sejam os seus ideais. Considerou que o Presidente de Câmara não se deve sentar em nenhum outro lugar de administrações que não seja como presidente da administração ou como vogal onde as administrações sejam compostas por presidentes de câmara.-----

--- Acrescentou que a questão do CNEMA tem de ser analisada de uma forma muito séria relativamente aos negócios que envolvem a Câmara e esta empresa, sublinhando que tem sido uma relação descompensada para o Município de Santarém. -----

--- Pediu desculpa por não ter trazido a este órgão a geminação de Santarém com Grândola, no entanto foi um processo que decorreu com alguma celeridade o qual poderia ser celebrado numa outra oportunidade. Contudo, não teria certamente o simbolismo que teve. -----

--- Esclareceu, por último, que a transferência de verbas referente ao apoio escolar será efectuada no decorrer da próxima semana. -----

--- Esgotadas as intervenções no Período de “Antes da Ordem do Dia”, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou à senhora **Primeira Secretária** para proceder à leitura das seguintes “propostas”:------

--- **Voto de Congratulação e Saudação** subscrito por diversos membros da Assembleia:

--- “Passados trinta e dois anos sobre a histórica Revolução de Abril o concelho de Santarém continua a assinalar esta data com a dignidade que ela merece!-----

--- Em esforços conjugados da Câmara Municipal de Santarém, da Comissão das Comemorações Populares do Vinte Cinco de Abril e de muitas Juntas de Freguesia do nosso concelho, Associações Culturais, Abril esteve presente com:-----

--- A música e o canto, com toda a força que nos trazem, a poesia, a revolução teatral de Abril, os coros com o seu brilhantismo e força anímica, as sessões cívicas com a juventude na respectiva escola e na Casa do Brasil, a propósito da Assembleia Constituinte de mil novecentos e setenta e cinco e dos trinta anos da Constituição de mil novecentos e setenta e seis, a visita ao Museu Salgueiro Maia na Escola Prática de Cavalaria e o já tradicional convívio precisamente no Quartel donde partiu a coluna que teve intervenção decisiva na Vitória da Democracia em mil novecentos e setenta e quatro, as homenagens sempre ansiadas ao nosso sempre Capitão Salgueiro Maia, na data da passagem do décimo quarto aniversário do seu falecimento e com a colocação do Memorial em novo espaço, a par do hastear de bandeiras, do lançamento de foguetes, de canoagem, do chinquilha, dos pombos a esvoaçar, etc., etc., um pouco por todo o lado!...

--- A Assembleia Municipal de Santarém na sua Sessão Ordinária realizada no dia vinte

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

sete de Abril de dois mil e seis congratula-se pela passagem de mais um aniversário da Revolução de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, saudando os Militares que devolveram Portugal à Democracia e a População do Concelho de Santarém que não esquece esta data histórica”. -----

--- Submetido a votação o Voto de Congratulação e de Saudação em epígrafe, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- **Voto de Pesar** subscrito por diversos membros da Assembleia Municipal: -----

--- “Eulália Teigas Marques, ilustre professora desta cidade faleceu esta madrugada após corajosa luta nos últimos anos com doença imparável. -----

--- Formadora de professores, autora de vários ensaios, publicações, participante em inúmeras conferências dedicou-se ao estudo de várias personalidades e organismos da nossa terra como Guilherme de Azevedo, Virgílio Arruda, Círculo Cultural Scalabitano.

--- Deu todo o vigor da sua vida ao coro do Círculo Cultural Scalabitano, como coralista, solista e apresentadora, dinamizando-o com o seu entusiasmo e impulsionando o Encontro de Coros a vinte cinco de Abril de cada ano. -----

--- Em dois mil e cinco, no dia vinte cinco de Abril, representou a Comissão das Comemorações Populares, em empolgada e vibrante intervenção de Abril na Escola Prática de Cavalaria. -----

--- No passado dia oito de Maio foi alvo, no Dia da Mulher, de justa e derradeira Homenagem dos seus Colegas, dos seus Amigos... -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém na sua Sessão Ordinária realizada no dia vinte e sete de Abril de dois mil e seis, aprova um sentido Voto de Pesar pelo falecimento da ilustre Mulher da Cidade e do Concelho de Santarém, Eulália Teigas Marques.”.-----

--- Submetido o Voto de Pesar em epígrafe a votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- **Voto de Pesar** apresentado pela Mesa da Assembleia Municipal: -----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em sessão ordinária no dia vinte sete

de Abril de dois mil e seis, formula um voto de sentido pesar pelo falecimento do Senhor Armando Luís Coelho da Silva, Presidente da Junta de Freguesia da Pena, concelho de Lisboa, que no exercício das suas funções e em circunstâncias ainda não cabalmente esclarecidas foi alvo de uma violenta agressão causadora da sua morte. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, expressando também o sentir dos habitantes do concelho, apresenta as suas mais sinceras condolências à família enlutada, a todos os autarcas e à população em geral da freguesia da Pena, solidarizando-se, assim, com todos aqueles que, de alguma forma, foram atingidos por um acto de tão extrema crueldade e bárbara violência tanto mais ilegítimo quanto dirigido contra alguém que, no exercício de um serviço público para o qual fora mandatado por sufrágio popular, tem o dever de, sem hesitações ou desfalecimentos prosseguir, o bem de todos.”. -----

--- Submetido a votação o **Voto de Pesar** em epígrafe, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- Encerrado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- Interveio o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, solicitando esclarecimentos em relação ao período a que se refere o presente relatório.---

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Pedro Braz** lamentando que na presente informação escrita não venha mencionada a actividade do Executivo Municipal, apresentando um requerimento à Mesa de modo a no futuro sejam apresentados esses dados. -----

--- Referiu que o projecto para o complexo desportivo foi efectuado para dezassete hectares, todavia o lançamento do concurso não foi feito para aquela área. -----

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

--- Alertou para os seis milhões de contos que poderão ser desperdiçados pelo Município de Santarém caso o processo das “Águas do Ribatejo” não seja concretizado, salientando que as contrapartidas mencionadas pelo senhor Presidente da Câmara não correspondem à informação prestada pelo consórcio que terá ganho o concurso das “Águas do Ribatejo”.-----

--- Salientou ter havido um aumento da dívida a curto prazo relativamente ao último mapa da situação financeira do Município de Santarém. -----

--- Depois, interveio o senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, referindo que gostaria de ser esclarecido em relação ao nó de acesso à auto-estrada no norte do concelho. -----

--- Tomou a palavra, seguidamente, o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, salientando o bom relacionamento entre o Executivo da sua Junta e o Executivo Municipal. -----

--- Referiu a importância da Casa da Portagem para a população e para algumas colectividades da Ribeira de Santarém, nomeadamente o Rancho Folclórico e o Clube de Canoagem. -----

--- Congratulou-se com a forma como a Câmara está a proceder relativamente às vistorias técnicas e com a organização do Festival do Rio.-----

--- Destacou a forma com foi tratado o problema da estátua do Capitão Salgueiro Maia. -

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que solicitou esclarecimentos em relação aos planos de pormenor. -----

--- Referiu ter visto com agrado os avanços relacionados com a revisão do PDM.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Luís Almeida** que considerou que o senhor Presidente da Câmara é o principal responsável caso a empresa “Águas do Ribatejo” não venha a concretizar-se, lembrando que os vereadores do PSD, no anterior mandato, também estiveram envolvidos neste processo.-----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Luís Valente** que referiu que, lentamente, o

município começa a sair do estado em que se encontrava, salientando que muitas das medidas estão a ser tomadas no sentido de honrar compromissos do anterior Executivo. -

--- Referiu que a dívida a curto prazo coloca a autarquia no limiar do investimento zero o que leva o actual Executivo a adiar por algum tempo o objectivo que é investir no concelho e nos seus municípios. -----

--- Considerou relativamente à empresa “Águas do Ribatejo” que as contrapartidas previstas para o Município de Santarém poderiam triplicar e, concluiu, afirmando que o Executivo está no bom caminho para elevar o bom nome de Santarém. -----

--- Usou, a seguir, da palavra o senhor **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, salientando a importância da variante à estrada trezentos e sessenta e cinco para a população de Alcanhões, querendo saber se no próximo ano irá haver ou não uma variante às passagens de nível. -----

--- De seguida, usou da palavra o senhor **Carlos Catalão** solicitando esclarecimentos relativamente às “Águas do Ribatejo” e ao número de contadores existentes nos Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- Disse verificar com agrado que a dívida do município se situa nos cinquenta milhões de euros, considerando que o encaixe financeiro aprovado por esta Assembleia irá permitir algum alívio de tesouraria e relançar algumas obras que o anterior executivo deixou em andamento. -----

--- Depois, interveio o senhor **Pedro Malaca** perguntando qual o futuro do Museu Salgueiro Maia tendo em vista a passagem da Escola Prática de Cavalaria para Abrantes.

--- Sugeriu a criação de um centro de estudos Salgueiro Maia dedicado ao tema “liberdade e Democracia”. -----

--- Perguntou se o Executivo já colocou a hipótese de avançar sozinho para a privatização das águas no concelho de Santarém. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Pedro Braz** que criticou o aproveitamento político relativamente à estátua do Capitão Salgueiro Maia, sublinhando que não foi fácil chegar

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

a um consenso quanto ao local para implantação da mesma. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, clarificando que não se referiu ao local de colocação da estátua mas sim à forma como a mesma foi encontrada. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Luís Almeida** salientando que o que foi o evidente foi o facto de terem levado lá os jornalistas para fotografar a estátua de modo a tirar partido da situação.-----

--- Interveio, novamente, o senhor **Pedro Malaca** referindo que o Bloco de Esquerda sabia onde se encontrava a estátua e não se aproveitou dessa situação durante a campanha eleitoral. -----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **José Gandarez** que perguntou se o Município de Santarém já é o maior accionista do CNEMA de acordo com as participações financeiras que tem dado a esta Empresa. -----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** lembrando que Salgueiro Maia já doente passou por muitas dificuldades e nunca viu ninguém prestar-lhe auxílio a não ser os amigos.-----

--- Usou da palavra, seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** informando que a Câmara não é o accionista maioritário do CNEMA, apenas detém dezoito por cento do respectivo capital social da empresa. -----

--- Prestou esclarecimentos em relação aos terrenos do complexo desportivo, frisando terem sido desperdiçados quase um milhão de contos, dado ter vindo uma informação do Ministério do Ambiente que impede que os sobreiros sejam arrancados. -----

--- Quanto à estátua do Capitão Salgueiro Maia referiu que foi decidido pôr uma lápide mencionando que a colocação da referida estátua foi efectuada pelo Executivo Camarário de dois mil e cinco/dois mil e nove. -----

--- Relativamente à empresa “Águas do Ribatejo” referiu que nunca equacionou a possibilidade de abandonar os outros municípios, salientando ser sua condição essencial

transformar este projecto num grande projecto intermunicipal. -----  
--- Considerou inaceitável que, sendo o Município de Santarém o segundo maior accionista da empresa “Águas do Ribatejo”, na Comissão de Análise não esteja nenhum representante da Câmara Municipal de Santarém.-----  
--- Usaram de novo a palavra a senhora **Ana Marta Rodrigues** e os senhores **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões e **Carlos Catalão** referindo que não foram respondidas as questões colocadas nas suas anteriores intervenções.-----  
--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a programação do Teatro Sá da Bandeira está a ser preparada no quadro do Instituto Bernardo Santareno.-----  
--- Quanto à variante às passagens de nível esclareceu que a Câmara não tem dinheiro para fazer a obra lembrando que o investimento para os próximos dois anos é quase zero e sublinhou que a única possibilidade é recorrer aos fundos comunitários.-----  
--- **PONTO DOIS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO, POR MAIS DOZE MESES, DO EMPRÉSTIMO NÚMERO 0726/000028/987/0019 ATÉ AO MONTANTE DE QUATRO MILHÕES NOVECENTOS E OITENTA E SETE MIL NOVECENTOS E SETENTA E OITO EUROS E NOVENTA E SETE CÊNTIMOS.**-----  
--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----  
--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e três de Janeiro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação da adenda ao empréstimo em epígrafe, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, conjugado com o número seis, do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----  
--- Interveio o senhor **José Gandarez** referindo que o PSD é favorável à prorrogação do prazo deste empréstimo.-----  
--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia**

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

submeteu a votação a proposta de **Prorrogação do prazo de utilização, por mais doze meses, do empréstimo número 0726/000028/987/0019 até ao montante de quatro milhões novecentos e oitenta e sete mil novecentos e setenta e oito euros e noventa e sete cêntimos**, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**. -----

**--- PONTO TRÊS – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E SEIS. -**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dez de Abril de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação das **Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e seis**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** considerando útil perguntar a cada um dos membros da Assembleia e quer receber a documentação em papel ou em suporte digital.-----

--- Prosseguiu referindo que depois de viabilizadas as operações financeiras que permitiram o reforço de tesouraria municipal, finalmente as **Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e seis** são presentes nesta Assembleia. -----

--- Disse esperar que o Orçamento apresentasse um conjunto de medidas concretas de saneamento que para além da consolidação do passivo de curto prazo, apontassem para o combate ao desperdício, mas também para a reorganização dos serviços municipais. -----

--- Destacou o aumento das despesas correntes, designadamente o aumento das despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços.-----

--- Afirmou não estranhar que o PSD recorra aos mesmos estratagemas do PS para equilibrar o Orçamento recorrendo à venda de património.-----

--- Concluiu, considerando que o PSD continua sem uma estratégia para o desenvolvimento do concelho de Santarém, acrescentando que não consegue encontrar nos documentos apresentados uma nova visão de gestão da autarquia.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Pedro Braz** referindo que estes documentos deveriam vir acompanhados das actas das respectivas reuniões de Câmara em que os mesmos foram discutidos.-----

--- Considerou que a apresentação política do Orçamento deveria ser feita pelo senhor Presidente da Câmara tendo em conta a importância deste assunto.-----

--- Referiu-se às empresas municipais salientando que o PS é contra a criação das mesmas nos moldes em que foram apresentadas, com excepção da Sociedade de Reabilitação Urbana.-----

--- Sublinhou o *superavit* proveniente da antecipação de receitas e do empréstimo viabilizados pelo Partido Socialista.-----

--- Destacou que o PS não irá votar contra o presente Orçamento o que é uma originalidade face ao comportamento do PSD em relação aos orçamentos apresentados pelo anterior executivo.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **João Lucas** referindo ser importante encarar o Orçamento como um documento administrativo e realista fundamental à gestão do Município e não apenas como um mero instrumento político como tem vindo a ocorrer em anos anteriores, como no ano de dois mil e cinco em que apresentou uma taxa de execução de cinquenta e cinco por cento.-----

--- Felicitou o Executivo pelo Orçamento apresentado para dois mil e seis no qual está reflectida uma preocupação realista, lamentando a reduzida verba afecta ao investimento fruto da elevada taxa de endividamento da autarquia, sublinhando que o excessivo passivo de curto prazo levou Santarém ao descrédito.-----

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

--- Realçou o investimento na climatização das escolas e o plano de desenvolvimento desportivo municipal.-----

--- Considerou que o documento se apresenta de forma correcta e os princípios de previsão orçamentais calculados cuidadosamente, assim como as soluções económicas e financeiras para o reequilíbrio e saneamento financeiro encontrados, sendo sua convicção que este orçamento será executado em mais de setenta e cinco por cento.-----

--- Tomou, a seguir, a palavra o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, salientando que o presente Orçamento tem como aspecto positivo para a sua freguesia que é a constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana, destacando a dificuldade em adquirir um imóvel na Ribeira de Santarém devido à especulação imobiliária.-----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente ao Projecto Al-Margem, salientando que a não continuidade do mesmo fará com que aquele investimento se perca porque deixa de cumprir o objectivo principal que era a ligação da cidade ao rio, criando um pólo atractivo do concelho.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Carlos Catalão** que manifestou a sua preocupação relativamente ao aumento das despesas com pessoal.-----

--- Apelou ao rigor no pagamento aos fornecedores nomeadamente àqueles que tem dívidas mais atrasadas.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Pedro Malaca** que considerou que Santarém necessita de uma política orçamental rigorosa e criativa na busca de soluções para os problemas financeiros da autarquia e ainda apelativa à instalação de empresas e núcleos de desenvolvimento económico.-----

--- Referiu que o Bloco de Esquerda irá votar contra o Orçamento porque discorda da criação das empresas municipais enunciadas neste documento, porque as mesmas esvaziam as competências da Câmara Municipal proporcionando uma acumulação de lugares no município e nessas empresas.-----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, referindo que a ideia inicial subjacente a este documento foi relativamente consensual quando enunciou como propósito definitivo o pagamento das dívidas existentes que sufocavam a vida financeira do município e a retoma da dignidade e autoridade administrativa da autarquia. -----

--- Discordou que se atribua a mesma importância à questão técnica ou administrativa e à questão política, considerando que as questões técnicas têm de estar sempre subordinadas às escolhas políticas.-----

--- Referiu que gostaria de ver reflectido neste documento o reforço da descentralização e da capacidade de intervenção das freguesias. -----

--- Lamentou a ausência de investimento ao nível do saneamento básico.-----

--- Salientou ser importante haver uma maior atenção para as colectividades de cultura, recreio e desporto, as quais tem um papel fundamental no desenvolvimento da cultura e do desporto no nosso concelho. -----

--- Discordou de que se esteja a elogiar o Executivo Municipal pelo pagamento dos duodécimos atempadamente, quando este procedimento deve ser uma obrigação. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, referindo-se à verba atribuída para construção da variante à estrada nacional trezentos e sessenta e cinco, perguntando qual a possibilidade de ter a obra concluída ainda este ano. -----

--- Usou da palavra, seguidamente, o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, clarificando que quando se referiu ao pagamento atempado dos duodécimos foi para salientar o esforço do Executivo tendo em conta as dificuldades financeiras do Município. -----

--- Interveio novamente o senhor **João Lucas** concordando que o orçamento deve ser um documento instrumental. Contudo, discorda de que quando se faz uma análise, a parte técnica não tenha importância relativamente à área política.-----

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

--- A seguir, interveio o senhor **Vereador Ramiro Matos** que considerou que a Sociedade de Reabilitação Urbana poderá ajudar na resolução dos problemas das habitações degradadas na Ribeira de Santarém, sublinhando que poderiam ter sido tomadas outras medidas, no passado, nomeadamente as obras coercivas.-----

--- Quanto ao Projecto Al-Margem referiu não existirem mais verbas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio para a reabilitação urbana. No entanto, tudo irá fazer para integrar este projecto num outro programa.-----

--- Referiu que o Orçamento não é um plano estratégico daí não contemplar medidas estratégicas. -----

--- Salientou que o acréscimo de despesas com pessoal resulta do aumento de pessoal contratado pelo anterior Executivo, esperando que a DGAL aceite as explicações apresentadas pelo actual Executivo de modo a que a autarquia não seja penalizada.-----

--- Referiu que a verba respeitante à aquisição de bens e serviços se destina ao pagamento das dívidas a fornecedores.-----

--- Sublinhou que este orçamento assume claramente o pagamento das dívidas, contudo o concelho de Santarém não pode parar atendendo às carências existentes. -----

--- Referiu não entender porque razão o Bloco de Esquerda vota contra este Orçamento uma vez que as prioridades enunciadas por aquele partido estão contempladas neste documento.-----

--- Relativamente ao saneamento básico lembrou que está em curso o processo de constituição da uma empresa intermunicipal que contempla este tipo de investimentos. --

--- Quanto à variante à estrada nacional trezentos e sessenta e cinco afirmou que a REFER muda de posição constantemente. No entanto, referiu ser intenção da Câmara avançar com a obra, com as devidas cautelas, caso aquela empresa assuma os seus compromissos financeiros.-----

--- Concluiu, sublinhando que este orçamento não é aquele que o Executivo gostaria de apresentar, ou seja, um orçamento que permitisse investimento e não apenas pagar

dívidas. -----

--- Após uma breve troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e seis**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, um voto contra e vinte e uma abstenções.-----

--- Foram efectuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- Senhor **Pedro Braz** “O Partido Socialista absteve-se na votação deste Orçamento de modo a permitir a viabilização da governabilidade do concelho de Santarém, querendo assim fazer parte da resolução dos problemas do concelho. Todavia, e porque entendemos o Orçamento como um documento provisional seremos contra as três empresas municipais constantes no documento, equacionando apenas a constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana”.-----

--- Senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével “Sendo o Orçamento um documento que espelha as opções políticas do Executivo vejo, pela primeira vez, a intenção de honrar compromissos, respeitar as competências delegadas nas Juntas de Freguesia e desafogar as instituições com as quais há protocolos.

--- Há ainda a preocupação de actualização dos valores a transferir ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências, coisa que não ocorreu nos últimos anos. -----

--- Investimento na formação cuidada e oportuna para tornar mais eficaz a proximidade e o serviço prestado aos munícipes”. -----

--- Senhor **José Luís Cabrita** “A nossa abstenção relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento, apesar das interpolações efectuadas, resulta do benefício da dúvida que neste primeiro ano de mandato não podemos deixar de conceder e também porque estamos, como sempre estivemos, empenhados na resolução dos problemas do concelho

e do seu desenvolvimento”.-----

--- Senhor **Pedro Malaca** “O Bloco de Esquerda vota contra o Orçamento por este documento contemplar uma clara intenção política de criação de três empresas municipais, medidas estas que discordamos por considerarmos que estas mesmas empresas irão tomar medidas que esvaziam as competências da Câmara as quais não vão estar sujeitas a aprovação/apreciação por parte desta Assembleia Municipal, não sendo assim representativas da vontade expressa pelos cidadãos que elegeram os membros desta Assembleia dos vários quadrantes políticos”.-----

--- Senhor **Ricardo Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vivente do Paúl “ O meu voto favorável deve-se ao facto do documento apresentado contemplar as obras prioritárias para a freguesia de S. Vicente do Paúl”.-----

--- Senhor **Aires Lopes** “Votei a favor do Orçamento porque penso que já chega de tempo perdido e o que importa acima de tudo são os munícipes”.-----

--- **PONTO QUATRO – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E SEIS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dez de Abril de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação do **Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Santarém para dois mil e seis**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** considerando que Orçamento e o Plano de Actividades apresentados são documentos transitórios que espelham aquilo que se passa relativamente à questão da água.-----

--- Salientou que estes documentos vêm dar razão à CDU quando se opôs à constituição

da empresa intermunicipal e aos moldes em que a mesma foi constituída. -----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente a esta matéria, salientando ter conhecimento de um estudo efectuado pelo Ministério do Ambiente espanhol sobre a implicação da água, o qual prevê uma agravamento do preço da água na ordem dos quatrocentos por cento em Espanha, sublinhando que a situação em Portugal é bem mais gravosa do que naquele país. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Santarém para dois mil e seis**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO CINCO – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DE DOIS MIL E CINCO**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezassete de Abril de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação do relatório em epígrafe, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** felicitando os Conselhos de Administração dos Serviços Municipalizados e todos aqueles que trabalham nestes Serviços que ao longo dos anos demonstraram que o serviço público também pode ser prestado com qualidade e com resultados positivos, servindo capazmente a população do concelho. -----

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

--- Depois, interveio o senhor **Carlos Catalão** destacando o excelente trabalho realizado pelos Serviços Municipalizados ao longo dos anos.-----

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **João Lucas** referindo-se à demonstração de resultados do exercício entre os anos de dois mil e dois e dois mil e cinco dos Serviços Municipalizados, os quais demonstram o peso e importância que esta organização tem tido ao longo dos anos, apresentando valores acrescentados brutos superiores a três milhões de euros.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém de dois mil e cinco**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção.--

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro e Cinco**, tendo sido **aprovados por unanimidade**.-----

--- Interrompida a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, nos termos da Lei e do Regimento, o qual não se concretizou por ausência de intervenções-----

--- Eram vinte e duas horas e trinta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos.-----

-----  
--- Aos cinco dias do mês de Maio do ano de dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da sessão

ordinária de Abril, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Raquel da Costa Mateiro, Anabela Botelho Amaro de Almeida, António Joaquim da Conceição Rodrigues Neto, António Miguel Moura Pires, Carla Patrícia Lopes Neto, Carlos Manuel Luís Catalão, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Filipe Piedade Valente, Luís Miguel Piedade Valente, Maria Helena Gaspar da Fonseca, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Pedro Nuno Pimenta Braz, Vicente Carlos Flor Batalha e Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Manuel Porfírio Dantas da Silva (Marvila), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar (Santa

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

Iria da Ribeira de Santarém), Luís Maria Severino Arrais (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Henrique Manuel Cordeiro David (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), George Nuno Dias de Moura Nunes d' Almeida (Vale de Santarém), e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea).-----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, José Ilídio da Fonseca Freire – Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras e Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os senhores Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Luís Madeira Lopes, José Luís Marques Cabrita e as senhoras Ana Marta Anacleto Rodrigues, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz e Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata. -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Manuel António dos Santos Afonso, Mário José Rodrigues dos Santos, José Marcelino, Lúcia Corujo Reis Batalha e Henriqueta da Graça Pereira Carolo. -----

--- Ausências: -----

--- Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião, verificando a identidade e legitimidade dos senhores **António Joaquim da Conceição Rodrigues Neto, João Francisco Ferreira Teixeira Leite e João Gabriel de Sousa Campos Cabral** que tomaram posse em substituição dos senhores João Luís Madeira Lopes (CDU), Helder Pombo (PSD) e da senhora Lúcia Castro da Mata (PSD).

--- A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que, por se tratar de uma

reunião em continuação da sessão ordinária de Abril e de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”. -----

--- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO SEIS – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM DE DOIS MIL E CINCO.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezassete de Abril de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a apreciação e votação do relatório em epígrafe, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Pedro Braz** destacando que durante o ano de dois mil e cinco a autarquia recuperou a sua capacidade de endividamento. -----

--- Referiu que o encargo de juros diários da autarquia é de dois mil euros contrariamente aos quarenta mil euros. -----

Salientou que o valor da dívida é de quarenta e dois milhões de euros, cerca de metade do valor anunciado. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Nuno Serra** que considerou que o orçamento deve constituir a expressão financeira das prioridades políticas do executivo, devendo ser um mapa regulador das contas autárquicas. -----

--- Considerou que o anterior Executivo olhou para o orçamento de uma forma profissional, utilizou-o como um instrumento de trabalho e assumiu-o como um conjunto de metas a atingir. Todavia, apenas conseguiu executar cinquenta e três por cento demonstrando, na sua opinião, um fracasso na gestão da autarquia no último ano. -----

--- Disse entender que num ano menos bom se possa executar setenta ou oitenta por cento do orçamento, mas para ficar nos cinquenta por cento teve mesmo de haver uma catástrofe. -----

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

--- Referiu que em qualquer gestão privada em que a administração se proponha a cumprir um orçamento e que no final não consiga passar do cinquenta e três por cento da sua execução não terá qualquer futuro perante os accionistas e terá que colocar o lugar à disposição.-----

--- Mas nas autarquias isso não se passa porque primeiro o dinheiro não é dos accionista é nosso e como tal, não é necessário geri-lo bem, nem aplicá-lo de uma forma digna e rentável, depois porque ninguém é punido e muito menos coloca o lugar à disposição. ---

--- Concluiu, salientando que espera que para o Executivo este mau exemplo sirva de motivação para uma gestão rigorosa e profissional que possa fazer com que o relatório de prestação de contas deste ano seja um exemplo de respeito pelos dinheiros públicos e traduza uma cuidada gestão autárquica.-----

--- Depois, interveio o senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, considerando que quando se trata de apreciar a prestação de contas respeitantes a anos de transição de mandato o valor dessa avaliação fica sempre um pouco vazio uma vez que a mesma não recai sobre aqueles que irão exercer uma nova gestão do Município.-----

--- Referiu que a questão da diferença do valor da dívida, tal como o Vereador Ramiro Matos afirmou, resulta de despesas não cabimentadas, lembrando que o actual Executivo assumiu como prioridade o pagamento das dívidas.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Presidente da Câmara** dando conhecimento, para que não passe a ideia de que existem duas dívidas, da existência de uma factura de cerca de oito mil euros, sem a respectiva cabimentação orçamental, relativa a uma obra efectuada numa escola, salientando que existem centenas de facturas nesta situação. ----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Vereador Ramiro Matos** referindo que o aumento da capacidade de endividamento se deve ao facto do Município ter solicitado ao BPI o deferimento de duas amortizações de capital no valor de cento e setenta e cinco mil euros, caso contrário a capacidade de endividamento esta esgotada. -----

--- Sublinhou que os números apresentados no balanço não são os reais da dívida, dado haver cerca de trinta milhões de euros de facturas para cabimentar.-----

--- Salientou que os compromissos assumidos com as associações são para honrar, acrescentando que o empréstimo de curto prazo se destina ao pagamento dessas dívidas.

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém de dois mil e cinco**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e trinta abstenções.-----

--- **PONTO SETE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO ENTRE TNC PROPERTY PROJECTS PORTUGAL, SA E OS MUNICÍPIOS DE SANTARÉM, CARTAXO E RIO MAIOR PARA CRIAÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dez de Abril de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a apreciação do **Protocolo de Entendimento entre TNC Property Projects Portugal, SA e os Municípios de Santarém, Cartaxo e Rio Maior para criação de uma Sociedade de Desenvolvimento Intermunicipal**, nos termos do artigo sessenta e quatro, número seis, alínea a), conjugado com a alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Pedro Braz** considerando o documento apresentado vago, apesar de ser um protocolo de boas intenções, salientando que, relativamente ao parceiro encontrado deveria ter havido um concurso de modo a que outros pudessem concorrer.--

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

--- Afirmou que o PS se irá abster na votação deste protocolo.-----

--- Depois, interveio a senhora **Anabela Botelho** referindo que um dos objectivos da CDU para o concelho de Santarém é atrair investimentos. Contudo, considerou lamentável que este protocolo seja presente à Assembleia já depois de ter sido assinado.-

--- Afirmou que este processo não é claro, questionando de quem partiu a iniciativa de criar este protocolo, da empresa ou de um dos três municípios. -----

--- Saliu não se saber aquilo que já se encontra definido em termos de projectos para cada concelho, questionando quem vai elaborar o estudo sobre a criação de uma sociedade de desenvolvimento regional intermunicipal.-----

--- Quis saber como é que irá ser dividido o capital social, assim como se já existe uma previsão dos custos e quem vai efectuar a respectiva orçamentação. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** para referir que sociedades deste tipo são sempre de louvar, sublinhando que o sucesso desta sociedade está consubstanciado na hipótese da construção do novo aeroporto da OTA e do TGV, perguntando qual o objectivo desta sociedade de desenvolvimento. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que aquilo que está para ser votado é um protocolo de trabalho sobre os projectos do aeroporto da OTA e do TGV com vista à captação de investimentos.-----

--- Clarificou que este protocolo não corresponde à formação de nenhuma sociedade nem é a autorização para nenhuma escritura. Visa permitir que fundos de investimento que se perfilaram face às Câmaras de Cartaxo, Santarém e Rio Maior de procederem em conjunto a estudos de avaliação do impacto do novo aeroporto dado ser interesse do Governo desenvolver esta área a norte da OTA num programa de interesse nacional que tem como objectivo architectar e organizar de uma forma estudada todo o desenvolvimento em torno do futuro aeroporto. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Protocolo de Entendimento entre TNC Property Projects**

**Portugal, SA e os Municípios de Santarém, Cartaxo e Rio Maior para criação de uma Sociedade de Desenvolvimento Intermunicipal**, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com seis votos a favor, zero votos contra e quarenta abstenções.-----

--- **PONTO OITO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU MUNICIPAL DE SANTARÉM.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de três de Abril de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação da proposta de **Regulamento Interno do Museu Municipal de Santarém**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Eugénio Pisco** salientando que o número três do artigo trigésimo, certamente por lapso, refere o artigo trigésimo, quando deveria mencionar o artigo trigésimo segundo que é aquele que define as isenções.-----

--- Considerou que o número quatro do artigo vigésimo nono atribui ao presidente da câmara um poder algo discricionário quanto à definição do horário de funcionamento dos núcleos museológicos devendo em sua opinião o articulado ter a seguinte redacção: “...da comunidade a servir, ouvidas as organizações representativas dos trabalhadores”.

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, que considerou que numa cidade que quer estar virada para o turismo e a cultura, e divulgar o seu património não lhe parece boa estratégia os quatro núcleos museológicos estarem fechados dois dias por semana, para além dos feriados, sugerindo que seja revista esta situação sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Presidente da Câmara** referindo que o horário dos

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

museus é uma questão complicada, salientando que para ter os museus abertos diariamente é necessário admitir mais funcionários, o que não é possível devido ao Orçamento de Estado que impede a admissão de pessoal.-----

--- Após uma breve troca de impressões, foram apresentadas as seguintes alterações ao Regulamento em apreciação: -----

--- Proposta apresentada pelo senhor **Eugénio Pisco**: -----

--- “Capítulo IV -----

--- Acesso Público -----

--- Artigo 29º-----

--- Número quatro – acrescentar: “...ouvidas as organizações representativas dos trabalhadores.”-----

--- Artigo 30º-----

--- Número três – substituir: ...artº 30º por artº 32º”. -----

--- Submetida a proposta em epígrafe a votação, foi a mesma **rejeitada por maioria**, com trinta e cinco votos contra, seis votos a favor e três abstenções.-----

--- Pelo senhor **Pedro Braz** foi apresentada a seguinte proposta: -----

--- “No Capítulo IV – Acesso público – onde se lê “horário” deve ler-se período de funcionamento – epígrafe e número quatro do artigo vinte e nove”.-----

--- Submetida a proposta em epígrafe a votação, foi a mesma **aprovada por maioria**, com dezassete votos a favor, zero votos contra e trinta e quatro abstenções.-----

--- Pelo senhor **Adelino Cruz** foi apresentada a seguinte proposta: -----

--- O número quatro do artigo vinte e nove deveria ficar: -----

--- “O período de funcionamento poderá ser modificado...”-----

--- Submetida a proposta em epígrafe a votação, foi a mesma **aprovada por maioria**, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e onze abstenções.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** propôs que as duas propostas de alteração aprovadas sejam fundidas dado que as mesmas não são antagónicas, tendo o plenário

concordado. -----

--- Assim sendo, o número quatro artigo vinte e nove do citado Regulamento ficou com a seguinte redacção: “O período de funcionamento poderá ser modificado...”. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Regulamento Interno do Museu Municipal de Santarém**, com a referida alteração, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Pelo senhor **Eugénio Pisco** foi efectuada a seguinte declaração de Voto: -----

--- “Apesar de não ter sido considerada favoravelmente a nossa proposta de alteração do número quatro do artigo vinte e nove, no sentido de serem ouvidas as organizações representativas dos trabalhadores, votámos favoravelmente o Regulamento Interno do Museu Municipal de Santarém. -----

--- Em nosso entender não estava em discussão o período de abertura e encerramento dos Museus, mas sim o seu Regulamento Interno e neste sentido o Regulamento ficou mais pobre sem a alteração proposta”. -----

--- **PONTO NOVE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE SANTARÉM**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Março de dois mil e seis, cabe-me propor à Exmª. Assembleia a apreciação da **Carta Educativa do Concelho de Santarém**, nos termos do artigo dezanove, número dois, alínea a), da Lei número cento e cinquenta e nove/noventa e nove, de catorze de Setembro, conjugado com o artigo dezanove do Decreto-Lei número sete/dois mil e três, de quinze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Professor José Luís Avelino** (Coordenador da equipa que elaborou a referida Carta Educativa), fazendo a apresentação do documento em apreço e

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

salientando que a Carta Educativa permite à autarquia negociar, quer com o Ministério da Educação, quer com outro tipo de entidades.-----

--- Referiu que este diploma se divide em três grandes capítulos, designadamente o primeiro de enquadramento territorial; o segundo corresponde ao diagnóstico da rede de equipamentos educativos do concelho; o terceiro contempla o programa de intervenção na rede educativa do concelho. -----

--- Destacou que a Carta Educativa pressupõe um conjunto de projectos estruturantes e complementares que alertam a Autarquia e o Ministério do Ambiente para a existência de um parque escolar que necessita de ser reabilitado, para além da construção de novas escolas, referindo que a Carta Educativa prevê um investimento na ordem dos trinta milhões de euros. -----

--- Concluiu prestando esclarecimentos sobre os núcleos escolares para as freguesias do concelho. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que considerou o documento de grande flexibilidade, ajustando-se à realidade do concelho de Santarém. -----

--- Alertou para a necessidade de serem criados acessos para deficientes em algumas escolas, bem como para a climatização das mesmas. -----

--- Afirmou ser importante que a Carta Educativa aponte alternativas em relação aos edifícios que se irão manter como escola ou não, salientando que as freguesias poderiam dar uma ajuda àquelas pessoas que não têm a escolaridade básica e que querem complementar os seus conhecimentos em regime nocturno. -----

--- Considerou fundamental a existência de núcleos de ATL nas freguesias rurais. -----

--- Sugeriu ao Executivo que sejam tomadas medidas para estimular a reabilitação e requalificação urbana no interior do concelho, de modo a evitar a desertificação dessas freguesias. -----

--- Manifestou a sua concordância relativamente ao documento apresentado. -----

--- Usou, depois, da palavra, a senhor **Dúnia Palma** que referiu a criação dos centros de excelência e a qualificação dos espaços, quer para actividade do prolongamento do pré-escolar, quer das actividades complementares do primeiro ciclo. -----

--- Sublinhou que a questão de climatização das escolas é importante, solicitando esclarecimentos em relação à verba para requalificação das mesmas. -----

--- Considerou a proposta relativa à Escola Alexandre Herculano bastante equilibrada. --

--- Prosseguiu, referindo-se aos equipamentos escolares e concluiu, manifestando a sua concordância global em relação à Carta Educativa. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, perguntando se aquando do levantamento da situação foi englobada a nova Escola de São Domingos. -----

--- Considerou que o encerramento de escolas em algumas freguesias irá acarretar um grande esforço para as famílias, situação que poderá vir a provocar a desertificação dessas freguesias do concelho. -----

--- Depois, usou da palavra a senhora **Alecta Ferreira** que felicitou o anterior Executivo pela iniciativa de promover a elaboração da nova Carta Educativa do Concelho de Santarém, baseada num processo amplamente participado e coordenado por uma equipa muito credível. -----

--- Referiu que o documento propõe um diagnóstico estratégico da rede educativa construído sobre uma caracterização relativamente consistente das condições materiais de funcionamento dos equipamentos educativos justificando assim a pertinência das intervenções dos projectos para os diversos níveis de ensino. -----

--- No que respeita ao subsistema do ensino artístico afirmou não encontrar motivo para a não inclusão da intervenção que permita dotar o conservatório de Música de Santarém de instalações condignas para o seu funcionamento. -----

--- Salientou que globalmente a Carta Educativa parece ser uma proposta consistente, estruturada e fundamentada no domínio dos equipamentos educativos colocados ao

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

serviço da população do concelho.-----

--- Enalteceu o actual Executivo por ter implementado esta Carta Educativa, sublinhando ter constatado com agrado estarem contempladas em orçamento algumas das intervenções previstas neste diploma. -----

--- Concluiu, destacando que o documento em apreço merece o seu voto favorável. -----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Pedro Malaca** considerando que a Carta Educativa é importante para o concelho de Santarém em relação ao caminho a seguir. ---

--- Manifestou alguma preocupação devido ao documento prever uma junção de diferentes graus de ensino o que poderá acarretar alguns problemas ao nível da pedagogia.-----

--- Retomou a palavra a senhor **Dúnia Palma** para clarificar alguns aspectos em relação aos equipamentos IPSS.-----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **Presidente da Câmara** que considerou que a Carta Educativa é um dos instrumentos mais poderosos da vida autárquica que poderá mudar o concelho.-----

--- Agradeceu ao anterior Executivo o empenhamento que teve neste processo, bem como ao professor José Luís Avelino.-----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente à rarefacção de alunos em algumas freguesias do concelho que aponta para uma progressiva desertificação do interior do concelho que é necessário combater de forma eficaz.-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Professor José Luís Avelino** referindo que a junção do pré-escolar com o primeiro ciclo resulta de uma indicação do Ministério da Educação.-----

--- Salientou que a Escola de S. Domingos, neste momento, já não chega para as necessidades, havendo a possibilidade deste estabelecimento ficar apenas para o primeiro ciclo e construir uma nova escola para o pré-escolar.-----

--- Esclareceu que o ensino artístico não vem mencionado porque aquilo que a legislação

prevê se destina apenas ao ensino público. -----

--- Relativamente ao encerramento de escolas, informou que em nenhum caso se prescinde da oferta do pré-escolar e do primeiro ciclo em todas as freguesias, assim como em nenhum caso se aponta para os megas centros escolares para que sejam transportadas crianças de diversos lugares, sublinhando que em todas as freguesias haverá ATL. -----

--- Usou novamente da palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, questionando se está previsto ampliar as instalações da Escola de S. Domingos ou construir uma nova escola mais a meio da urbanização. -----

--- O senhor **Professor José Luís Avelino** esclareceu que a construção das escolas do Sacapeito e do Jardim de Baixo irão tirar pressão à Escola de S. Domingos, caso contrário a situação terá de ser revista. -----

--- Encerrado o debate, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu, em nome da Mesa, as informações prestadas pelo Professor José Luís Avelino, submetendo de imediato a votação a proposta relativa à **Carta Educativa do Concelho de Santarém**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo dezanove, da Lei número cento e cinquenta e nove/noventa e nove, de catorze de Setembro, conjugado com o artigo dezanove do Decreto-Lei número sete/dois mil e três, de quinze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO DEZ – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS RELATÓRIOS RESPEITANTES À PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Fevereiro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a apreciação dos relatórios que foram avaliados durante o segundo semestre do ano de dois mil e cinco, pela Comissão de Avaliação do Património Imóvel Municipal, nomeada para o efeito na reunião do Executivo de vinte de Maio de dois mil e dois, a fim de serem apreciados os valores constantes dos mesmos,

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** considerando que a Câmara deveria proceder a uma avaliação mais correcta do seu património, de acordo com os valores actuais de mercado. -----

--- Dada da inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa aos **Relatórios de Avaliação de Imóveis do Domínio Privado do Município**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com cinquenta e dois votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

--- **PONTO ONZE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA AVENIDA BERNARDO SANTARENO, FREGUESIA DE S. NICOLAU, NESTA CIDADE.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Na sequência da deliberação de vinte de Fevereiro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia, para apreciação e votação a **desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de novecentos e trinta e cinco vírgula setenta metros quadrados, sita na Avenida Bernardo Santareno, freguesia de S. Nicolau, nesta cidade**, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **desafecção do domínio público de uma parcela de terreno,**

**com a área de novecentos e trinta e cinco vírgula setenta metros quadrados, sita na Avenida Bernardo Santareno, freguesia de S. Nicolau, nesta cidade, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta e oito votos a favor, zero votos contra e cinco abstenções.**-----

--- Não participou na discussão e votação deste assunto o senhor **Leonel Martinho do Rosário**.-----

--- **PONTO DOZE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE GEMINAÇÃO A CELEBRAR ENTRE AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE SANTARÉM E DE GRÂNDOLA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezassete de Abril de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação do **Acordo de Geminação a celebrar entre as Câmaras Municipais de Santarém e de Grândola**, nos termos da alínea d), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Luís Almeida** manifestando a sua concordância com a proposta apresentada. Contudo, sugeriu que, no futuro, situações deste tipo sejam devidamente acauteladas de modo a que não sejam aqui votados assuntos que na prática já foram consumados.-----

--- A seguir, interveio o senhor **António Neto** congratulando-se com a geminação entre os Municípios de Santarém e de Grândola, sugerindo ao executivo para analisar uma possível geminação com a Câmara Municipal de Castelo de Vide donde era natural o Capitão Salgueiro Maia.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a

proposta relativa ao **Acordo de Geminação a celebrar entre as Câmaras Municipais de Santarém e de Grândola**, nos termos da alínea d), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

**--- PONTO TREZE – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES”, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**.-----

--- Pelo senhor **Aires Lopes** foi apresentada a seguinte Moção:-----

--- “Considerando que é fundamental o desvio da Linha do Norte a norte da cidade de Santarém, no sentido de libertar a pressão nas barreiras de Santarém bem como a malha urbana na Ribeira de Santarém.-----

--- Considerando que é indispensável a definição de um corredor para o traçado do desvio da Linha do Norte, no âmbito da Revisão do PDM de Santarém e o local para a construção da nova estação ferroviária.-----

--- Considerando que na região do Cartaxo estão a decorrer importantes obras de desvio da Linha do Norte, com a construção de um viaduto em leito de cheia e numa extensão de dois quilómetros, conforme planta e fotos em anexo.-----

--- Considerando que cabe à REFER desenvolver e implementar as orientações políticas do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na modernização das linhas férreas da nossa região.-----

--- Considerando que a Assembleia Municipal de Santarém na qualidade de órgão autárquico máximo do concelho, deverá deliberar uma tomada de posição política forte e contrária à intenção governamental em continuar a marginalizar Santarém, quando ao seu desenvolvimento sustentado, ao adiar *sine dia* a decisão do corredor do desvio da Linha do Norte em Santarém.-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém reunida na sua sessão ordinária do mês de Abril

de dois mil e seis, aprova a seguinte moção: -----

--- Um – A Assembleia Municipal de Santarém reivindica junto do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a definição do corredor, nos próximos sessenta dias, para a construção do desvio da Linha do Norte em Santarém, a fim de libertar a pressão nas barreiras de Santarém e a zona urbana da Ribeira de Santarém como assegurar o corredor no âmbito da revisão do PDM.-----

--- Dois – Caso não haja resposta governamental no prazo do número anterior, para alterar a situação grave que se vive em Santarém, a Assembleia Municipal entende que deverá promover outras formas de reivindicação previstas num regime democrático, com direito à indignação, sem colocar de parte uma eventual manifestação das forças vivas do concelho de Santarém e da sua população em geral, junto dos órgãos governamentais.”.-

--- Interveio o senhor **Pedro Braz** manifestando a sua concordância com o espírito da Moção, excepto com o número um da proposta porque, em seu entender, deve ser o Município definir qual o corredor e não o Governo Central. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Aires Lopes** considerando que o desvio da Linha do Norte é fundamental para a preservação das Barreiras de Santarém, sublinhando que, no seu entender, deve ser o Governo Central a assumir estas obras de grande vulto. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que referiu os prejuízos que a Linha do Norte tem causado ao edificado da Ribeira de Santarém.-----

--- Considerou que a forma como a REFER tem tratado este assunto deixa muito a desejar, salientando que esta entidade tem de definir aquilo que pretende fazer em relação a este assunto. -----

--- Concordou com a Moção apresentada no sentido de que alguma coisa seja feita. -----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **José Gandarez** sublinhando que também teve conhecimento de que não vai haver desvio da Linha do Norte através da comunicação social.-----

**ACTA Nº. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

---Concordou com a posição do PS, considerando que devem ser a Assembleia e a Câmara Municipal a tomarem uma posição relativamente ao assunto. -----

---De seguida, interveio o senhor **Presidente da Câmara** que disse ter conhecimento desta posição já há dois meses, salientando que depois de muitos contactos junto do Conselho de Administração da REFER este assumiu, por omissão, que não iria haver desvio da Linha do Norte.-----

---Considerou ser uma perda de tempo estar a discutir traçados salientando que aquilo que é importante, nesta oportunidade, é confrontar a REFER e a Tutela como é que eles vão ajudar Santarém a resolver o problema das barreiras e das freguesias envolvidas neste processo.-----

--- Dado que a Tutela não quer gastar os trinta milhões de contos no desvio da Linha do Norte, referiu ser necessário exigir do Governo para faça obra no valor de cinco ou seis milhões de contos para modernizar a referida Linha do Norte de modo a resolver o problema das populações.-----

--- Após alguma troca de impressões, em face dos esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, a Moção foi retirada pelo proponente para ser discutida em próxima sessão aguardando-se pelos desenvolvimentos em relação a este processo.-----

---Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Seis, Sete, Oito, Nove, Dez, Onze e Doze**, tendo sido **aprovados por unanimidade**.-----

---Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo usado da palavra o senhor **Luís Emílio Duarte** solicitando esclarecimentos em relação à petição sobre o Alviela, bem como relativamente ao

Festival internacional do Alviela.-----  
--- Referiu não ter visto da Câmara qualquer iniciativa de modo a aproveitar o alargamento da Auto-estrada do Norte para reivindicar uma saída a norte do concelho e consequentemente uma zona de desenvolvimento económico.-----  
--- Questionou para quando está prevista a empreitada relativa ao saneamento básico dos dezoito fogos de habitação social construídos em Pernes.-----  
--- Perguntou ainda se a Câmara prevê remodelar a ETAR de Pernes e solicitou esclarecimentos sobre o encerramento da Escola da Póvoa da Mós.-----  
--- A seguir, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo que pela primeira vez Santarém e Alcanena estiveram juntas no processo de despoluição do Rio Alviela.-----  
--- Quanto ao Festival Internacional do Alviela, referiu que não existe a garantia da presença do BB King devido a problemas de saúde do artista.-----  
--- No que respeita ao saneamento das habitações sociais, informou que falta apenas o parecer da EDP para poder avançar com a obra.-----  
--- Clarificou que o saneamento básico nada tem a ver com a empresa “Águas do Ribatejo”, acrescentando que este investimento resulta de um fundo de coesão a que a CULT concorreu, sublinhando serem processos autónomos.-----  
--- No tocante ao nó de acesso à auto-estrada, referiu estarem a ser estudados dois ou três projectos estruturantes para o concelho que podem passar por outra solução sem ser o referido nó. Contudo, a decisão política cabe ao Governo.-----  
--- Interveio, depois, a senhora **Vereadora Lígia Batalha** esclarecendo relativamente ao encerramento da Escola da Póvoa das Mós que as pessoas são livres de matricular os filhos onde quiserem.-----  
--- Destacou que a questão que se colocou à DREL foi a de procurar as melhores instalações o mais perto possível, sublinhando que sempre que haja uma situação de excesso de alunos na escola de acolhimento e que seja necessário recrutar um outro

**ACTA N.º. 06/2006**  
**Sessão Ordinária de Abril**  
**1ª Reunião 27 de Abril de 2006**  
**2ª Reunião 5 de Maio de 2006**

professor para leccionar não haverá lugar ao encerramento dessa escola. -----

--- Terminado o Período de Intervenção do Público, eram vinte e duas horas quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,  
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----